

VIII Legislatura

Sessão Legislativa de Outubro

Horta, 19 de Outubro de 2005

INTERVENÇÃO da Deputada Ana Isabel Moniz sobre Turismo

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo da República decidiu comemorar, este ano, o Dia Mundial do Turismo nos Açores.

De acordo com as declarações de Bernardo Trindade, Secretário de Estado do sector, que se deslocou a S. Miguel para as celebrações oficiais, a Região foi o sub-destino nacional que mais cresceu nos últimos sete anos, em termos relativos, no que toca à oferta de alojamento na hotelaria, número de dormidas e proveitos totais. Esta foi, assim, uma forma de premiar os esforços dos Açores no sentido de desenvolver um turismo de qualidade, onde, nas palavras desse governante, o crescimento tem sido aliado à manutenção de qualidades naturais e genuinidade cultural, que se dá como exemplo a seguir pelo todo nacional.

Para um destino turístico emergente e de pequena dimensão, como é o caso dos Açores, este é um importante reconhecimento dos esforços que têm sido encetados para promover a sustentabilidade do sector, em termos ambientais, económicos e sócio-culturais.

A efeméride, que se assinalou a 27 de Setembro, deu lugar à realização de um fórum sob o tema “Turismo: Prioridade para Portugal”, que contou com a participação de Mário Assis Ferreira, Administrador do

Estoril-Sol. Neste evento estiveram presentes vários colaboradores do Instituto de Turismo de Portugal e delegados do ICEP, que se deslocaram aos Açores para melhor conhecerem a região e, deste modo, continuarem a contribuir para o aumento da sua notoriedade no estrangeiro e para a captação de investimento externo.

Na cerimónia de encerramento das comemorações nacionais, que se realizou no Teatro Micaelense, foram atribuídas onze medalhas de Mérito Turístico, tendo a Associação de Turismo dos Açores sido galardoada com a Medalha de Prata pelo contributo prestado para a projecção da imagem de Portugal.

A política de promoção turística desenvolvida por este Governo Regional, em actuação concertada com as associações empresariais e as empresas envolvidas no sector, já aqui tem merecido, por diversas vezes, uma referência especial e esta é mais uma prova da eficácia da sua implementação.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos a terminar mais um ano com resultados muito positivos para o sector do turismo na Região.

De acordo com as estatísticas oficiais, no período de Janeiro a Agosto de 2005 registaram-se 807.400 dormidas na hotelaria da Região, o que corresponde a um aumento de 19,6% relativamente a igual período de 2004. Trata-se de um comportamento notável no contexto nacional, onde a taxa média de crescimento foi de 4,3%.

Os residentes em Portugal representaram 43,5% das dormidas e os residentes no estrangeiro 56,5%, tendo o mercado nórdico concentrado mais de 60% do total destas dormidas, o que corresponde a uma variação homóloga acumulada de 68,6%.

Nestes 8 meses, os proveitos totais na hotelaria da Região cresceram 17,3% em relação a idêntico período de 2004 e os proveitos de aposento, 18,6%. Note-se que, a nível nacional, estes dois indicadores revelaram um comportamento negativo, com decréscimos de menos 2,6% e menos 3,8% respectivamente.

Analisando apenas o mês de Agosto, nos Açores verificou-se um acréscimo de 12,3% nas dormidas na hotelaria, relativamente ao mês homólogo, tendo esta taxa de crescimento sido apenas ultrapassada pela região Norte, com uma variação de 13,3%. Refira-se que a variação homóloga nacional foi de 7,1%. Na Região, registou-se o maior número de dormidas mensais de sempre: 177.300 dormidas. A taxa de ocupação-cama foi de 67,4%, enquanto a média nacional foi de 63,2%.

No período em causa, a estada média na Região foi de 3,5 noites, ocupando o segundo lugar no ranking do país, atrás do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, ambos com 6,2 noites, seguindo-se Lisboa, com 2,5 noites.

Quanto aos proveitos totais e de aposento, os Açores também mereceram o segundo lugar a nível do país, com um crescimento homólogo de 6,9% para ambas as variáveis, tendo, estas, apresentado acréscimos homólogos de 3,9% e 6,0%, respectivamente, ao nível nacional.

Relativamente à oferta de alojamento na hotelaria, no final de 2004 a Região tinha capacidade para acolher 7.486 hóspedes, em 78

estabelecimentos hoteleiros; em Junho deste ano, com a inauguração de mais 5 estabelecimentos, a capacidade de alojamento passou para 8.438, ou seja, mais 952 camas e durante o Verão já se ultrapassou largamente a fasquia das 8.500 camas.

O emprego na hotelaria já atinge os 2.000 postos de trabalho.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O investimento no sector do turismo continua a crescer.

A assinatura de mais quatro contratos com o Instituto de Turismo de Portugal, no final do passado mês de Setembro, atesta o clima de confiança que demonstra a economia regional neste domínio.

No âmbito destes contratos, será construído um terceiro campo de golfe em S. Miguel – que está integrado num projecto turístico mais vasto, que inclui, nomeadamente, a construção de um hotel com 107 quartos, no concelho da Ribeira Grande –, bem como serão construídos novos portos de recreio e será ampliada a marina de Ponta Delgada, através das administrações dos portos das respectivas ilhas, envolvendo estes quatro projectos um montante total de incentivos de 13 milhões de euros.

Também em Setembro, o Governo Regional declarou a utilidade pública para a expropriação dos terrenos necessários à construção do Hotel – Casino Príncipe do Mónaco, na Calheta em Ponta Delgada, ansiosamente aguardada pela empresa concessionária da exploração dos jogos de fortuna e azar para avançar para a fase de construção do empreendimento.

Quanto à alienação das participações da Região no capital social da Verdegolfe, apareceram duas propostas ao concurso, tendo a comissão de

análise decidido aceitar apenas uma delas, pelo que já se aproxima a conclusão do procedimento para a respectiva alienação.

Na Terceira, igualmente no mês de Setembro, foi anunciado o arranque da obra do Angra Marina Hotel, na encosta do Cantagalo, que irá disponibilizar mais 240 camas. Foi ainda lançada a primeira pedra do Hotel Atlantis, uma unidade hoteleira com 118 quartos, localizada na Serretinha, igualmente no concelho de Angra do Heroísmo, que irá oferecer alojamento de luxo e uma oferta integrada de actividades de lazer e desportivas numa envolvente marcada pela singularidade da paisagem natural. Este empreendimento, cuja inauguração está prevista para o ano de 2006, a par de outros já em curso, fará com que esta ilha atinja uma capacidade de alojamento turístico próxima das 2.000 camas.

Todos estes investimentos dão boa conta do dinamismo que tem havido neste sector e do sucesso da aplicação dos sistemas de incentivos, para além de virem a acrescer a oferta com equipamentos turísticos de qualidade superior, atendendo à sua classificação, o que permite a configuração de novos produtos turísticos mais competitivos ao nível do destino turístico Açores.

Já em Outubro, a Administração dos Portos de São Miguel e Santa Maria lançou a concurso a construção do terminal marítimo de cruzeiros de Ponta Delgada com a designação oficial de “Portas do Mar”. Trata-se de outra infra-estrutura básica para a atracção deste tipo de navios e para satisfazer as necessidades dos seus passageiros e tripulações que, para além de valorizar o centro histórico da cidade e ampliar a sua vocação marítima, vai permitir a dinamização de um tipo de turismo que pode trazer benefícios significativos para a Região.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A evolução ocorrida no sub-sector do alojamento turístico nos Açores não se deve exclusivamente ao aumento e requalificação da oferta na hotelaria tradicional.

Foi disso que nos deu conta a III Bienal de Turismo Rural Atlântico, que decorreu em S. Jorge, no final do passado mês de Setembro, organizada pela Associação “Casas Açorianas” em parceira com a Associação de Turismo dos Açores e a Secretaria Regional da Economia. Tratou-se de uma importante oportunidade para reflectir e debater os principais problemas e desafios que se colocam aos promotores destas actividades e serviços que se desenvolvem em zonas rurais e a todas as entidades envolvidas de algum modo na sua regulamentação, financiamento, licenciamento e promoção.

Efectivamente, entre 2002 e 2005, a oferta de alojamento turístico no espaço rural mais do que duplicou, passando para 592 camas em todo o arquipélago. Os 50 novos projectos, entretanto apoiados no âmbito do SIDET – Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo, envolveram um investimento global de cerca de 13 milhões de euros e acresceram a oferta em 361 camas, empregando 78 efectivos. São números só por si expressivos, principalmente se aludirmos ao facto destas unidades se localizarem fora dos grandes centros urbanos e integrarem, na maioria dos casos, a prestação de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, oferecendo um produto turístico completo e diversificado nessas localidades.

Para além do turismo no espaço rural visar a preservação, recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, desenvolve-se em complementaridade às actividades económicas mais tradicionais, nomeadamente a agricultura, a pecuária e as pescas. Por envolver unidades de pequena dimensão, adapta-se melhor à exploração de natureza familiar e permite uma maior participação feminina, devido à natureza das tarefas a desempenhar. Por compreender actividades que visam a divulgação das características e tradições regionais – designadamente o seu património, os itinerários temáticos, o folclore, etc. – é uma modalidade de turismo que contribuiu para o envolvimento das comunidades locais, para a melhoria e a protecção do ambiente natural e para a preservação da identidade cultural. Permite criar emprego e riqueza e fixar populações em zonas rurais e em ilhas de menor dimensão, onde se afigura menos rentável a exploração de empreendimentos de maior capacidade.

A este propósito se releva a recente criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais, que prevê a majoração dos apoios ao investimento privado em determinados sectores desde que se localizem em ilhas como Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria. Trata-se de dois instrumentos ambiciosos de intervenção pública que pretendem, de uma forma pioneira, reforçar e aprofundar a coesão económica, social e territorial do arquipélago, dando assim cumprimento aos objectivos do Programa do IX Governo e às metas estabelecidas nos documentos orientadores da sua actuação.

O Governo Regional já anunciou, em intervenção proferida na última reunião plenária desta Assembleia, que vai criar uma empresa pública, no âmbito do Fundo Regional de Coesão, para desenvolver o turismo nas ilhas de menor dimensão. Surge, assim, através dessa empresa, a possibilidade de se dotarem essas ilhas de unidades de alojamento e de outros equipamentos turísticos, que doutra forma tardariam em aparecer, mas com a novidade de se admitir a entrada de parceiros privados no capital e respectiva gestão.

Esta foi a melhor forma que o Governo Regional encontrou para dar resposta aos anseios da população dessas ilhas, desafiando os obstáculos estruturais da insularidade, do isolamento e afastamento das ilhas, da periferia dentro do arquipélago. Resta esperar da outra parte um espírito empreendedor e uma forte capacidade de inovação que sejam capazes de aproveitar estas novas políticas de ajustamento e de proximidade, que visam, em última instância, combater a pobreza, a falta de oportunidades de emprego e as desigualdades sociais que a descontinuidade territorial teima em deixar prevalecer.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O turismo não se faz sem transportes.

O recente anúncio da renovação da frota da SATA Air Açores e a reforma do sistema de tarifário para as ilhas fora das *gateways*, a par dos esforços no sentido de melhorar as aerogares são importantes pretensões do Governo Regional para continuar a pôr em prática uma política de

transportes aéreos de apoio ao desenvolvimento do turismo em todas as ilhas.

Não menos importante é o lançamento do concurso para a aquisição de quatro novos navios que entrarão em funcionamento em 2008 e que vêm melhorar substancialmente as ligações marítimas no arquipélago. É uma mais-valia para os Açores que irá prolongar o sucesso das operações de transporte de passageiros inter-ilhas iniciada pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Umhas breves palavras finais para realçar uma novidade que muito interessa aos profissionais do sector e seus representantes e à comunidade académica e científica, em particular.

De acordo com um diploma recentemente publicado – Resolução nº 147/2005, de 22 de Setembro –, estão criadas as condições necessárias para a constituição da associação denominada “Observatório Regional do Turismo”, que pretende ser uma parceria entre o Governo Regional, a Associação de Turismo dos Açores e a Universidade dos Açores.

Este organismo terá por finalidade o estudo, análise, acompanhamento e divulgação da evolução da actividade turística, de forma regular, independente e responsável. Já estão, assim, dados os principais passos para a concretização de mais uma importante medida do Programa do IX Governo Regional.

Não basta reconhecer que o turismo é um sector fundamental para o desenvolvimento da Região: é preciso conhecer detalhadamente a sua

estrutura e a sua evolução. A informação estatística existente pode ser considerada satisfatória do ponto de vista da qualidade. No entanto, existem lacunas ou insuficiências a vários níveis que importa debelar.

Tanto para o Estado, como para as empresas e associações empresariais que as representam, passando pelas instituições de ensino superior e de investigação científica e demais escolas de formação profissional, para além dos órgãos de comunicação social, só perante a existência de uma adequada informação estatística é possível viabilizar a elaboração de diagnósticos sectoriais e sub sectoriais que sustentam a definição de medidas de política e a avaliação do respectivo impacte, bem como a gestão corrente dos negócios das empresas, quer sejam elas de capitais públicos, privados ou mistos.

Espera-se que o modelo de parceira tripartida escolhido para a composição desta nova associação permita, acima de tudo, um fórum de debate permanente entre os diversos intervenientes no sector e contribua para um melhor conhecimento da realidade do turismo, fornecendo instrumentos de avaliação específicos que possam auxiliar as empresas e os responsáveis institucionais no processo de tomada de decisão.

Tenho dito!